

O sexagésimo aniversário do encontro entre Paulo VI e Atenágoras I: memória e desdobramentos

The sixtyth anniversary of the meeting between Paul VI and Athenagoras I: memorie and developments

Tiago Cosmo da Silva Dias¹
Maria Angélica Franco Moreira²

Resumo

O artigo objetiva fazer memória do histórico abraço entre o Papa Paulo VI (1963-1978) e o Patriarca de Constantinopla Atenágoras I (1886-1972), realizado no dia 6 de janeiro de 1964, em Jerusalém. Mais do que uma mera formalidade, o encontro entre os dois líderes interrompeu quase um milênio de incomunicabilidade entre as Igrejas Católica Romana e Ortodoxa e, sobretudo, abriu novas perspectivas na trajetória ecumênica dessas Igrejas. Por essa razão, na celebração dos 60 anos desse fato, acontecido em janeiro deste ano, o Papa Francisco não só o lembrou, como aproveitou da ocasião para exortar à unidade e à paz, uma prova que, de fato, aquele abraço não marcou apenas um momento, mas ainda continua a ser expressão de anseios profundos da humanidade.

Palavras-chave

Papa Paulo VI. Patriarca Atenágoras. Diálogo ecumênico. Igreja católica. Igreja ortodoxa.

Abstract

The article aims to commemorate the historic embrace between Pope Paul VI (1963-1978) and the Patriarch of Constantinople Athenagoras I (1886-1972), held on January 6, 1964, in Jerusalem. More than a mere formality, the meeting between the two leaders interrupted almost a millennium of incommunicability between the Roman Catholic and Orthodox Churches and, above all, opened new perspectives in the ecumenical trajectory of these Churches. For this reason, in the celebration of the 60th anniversary of this event, which took place in January this year, Pope Francis not only remembered it, but also took advantage of the occasion to exhort unity and peace, proof that, in fact, that embrace not only marked a moment, but it still continues to be an expression of humanity's deep desires.

Keywords

Pope Paul VI. Patriarch Athenagoras. Ecumenical dialogue. Catholic Church. Orthodox Church.

INTRODUÇÃO

A Igreja Católica Apostólica Romana iniciou o ano de 2024 com esperança, em razão do sínodo sobre a sinodalidade. Providencialmente, o evento acontece durante as celebrações

¹ Doutorando e mestre em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Especialista em Cultura e Meios de Comunicação pela PUC-SP e em Cultura e Religião pelo Centro Universitário Assunção (UNIFAI). Bacharel em Teologia e Filosofia pela Faculdade Paulo VI e em Jornalismo pela Universidade Nove de Julho (Uninove). Professor da Faculdade Dehoniana, da Faculdade Paulo VI e do Instituto de Teologia São Miguel. Contato: tiago.cosmo@dehoniana.online.

² Mestra em História Eclesiástica pela Pontifícia Università Gregoriana. Licenciada em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora do Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL), da Faculdade Dehoniana e da Faculdade Paulo VI. Contato: mangemoreira@gmail.com.

O sexagésimo aniversário do encontro entre Paulo VI e Atenágoras I

dos 60 anos do maior acontecimento eclesial do século XX: o Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965). Apesar de a recepção do concílio ainda ser bastante discutida, fato é que houve, à época, uma série de fatos que preparou aquela grande assembleia, mesmo porque nada emerge por acaso; tudo é fruto do seu contexto.

Nesse ínterim, logo após a conclusão da segunda sessão do concílio, no dia 6 de janeiro de 1964 aconteceu um marco na trajetória ecumênica: o então papa Paulo VI (1963-1978) e o patriarca de Constantinopla, Atenágoras I (1886-1972), encontraram-se em Jerusalém, depois de mais de 900 anos de incomunicabilidade entre as igrejas católica e ortodoxa, e se abraçaram, dando início a um novo peregrinar em perspectiva histórico-ecumênica, especialmente no que diz respeito às igrejas em questão, muito embora o marco seja mais amplo.³

Em 2024, celebraram-se 60 anos desse grande acontecimento. A data coincide com a solenidade da epifania do Senhor, durante a qual o papa Francisco, na saudação costumeira após o *Angelus*, lembrou do fato e aproveitou para fazer um apelo:

Sessenta anos atrás, neste mesmo dia, o papa São Paulo VI e o patriarca ecumênico Atenágoras se encontraram em Jerusalém, quebrando um muro de incomunicabilidade que manteve católicos e ortodoxos separados por séculos. Aprendamos com o abraço desses dois grandes da Igreja no caminho para a unidade cristã, rezando juntos, caminhando juntos, trabalhando juntos. E pensando nesse gesto histórico de fraternidade realizado em Jerusalém, rezemos pela paz no Médio Oriente, na Palestina, em Israel, na Ucrânia, no mundo inteiro. Tantas vítimas de guerras, tantas mortes, tanta destruição... Rezemos pela paz. (FRANCISCO, 2024).

A menção feita pelo papa Francisco prova que o abraço entre os dois líderes não foi apenas um fato. Trata-se, antes, de uma fonte de onde constantemente jorram motivações e inspirações. Nesse sentido, o artigo tem a intenção não só de apresentar a importância e a relevância desse acontecimento, mas acima de tudo demonstrar a razão pela qual ocorreu naquele preciso momento histórico. De fato, a história mostra que houve tentativas anteriores de reaproximação entre as igrejas que, no entanto, fracassaram. A ideia de que se parte aqui é que tudo só foi possível graças, principalmente, à figura de João XXIII (1958-1963), que deu passos significativos no campo ecumênico e abriu numerosos caminhos para que Paulo VI se dedicasse, enfim, às questões ecumênicas. Em um segundo momento, a intenção é também mostrar os desdobramentos do abraço dos dois líderes, para apresentá-lo não como um mero protocolo, mas sim como o início de uma série de encaminhamentos práticos, inclusive, no caminho de reaproximação das igrejas. Portanto, o abraço entre os líderes é paradigmático.

Aqui não se fará resgate histórico algum para se explicar o motivo pelo qual as igrejas se separaram. No entanto, é bom ter presente que o cisma entre o Ocidente e o Oriente cristão se consumou em julho de 1054, quando o cardeal Humberto da Silva Cândida e o patriarca Miguel

³ O patriarcado ecumênico, na celebração dos 50 anos desse evento, preparou um vídeo curto com algumas imagens do acontecimento. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4DuNJ9g4RFA>. Acesso em: 15 jan. 2024.

Cerulário se excomungaram mutuamente, com diferença de aproximadamente uma semana – dias 16 e 24, respectivamente. A história registrou o porquê dessa decisão tão drástica, posteriormente ainda agravada pela IV Cruzada, de 1204, quando Constantinopla foi invadida pelos cristãos cruzados que, por três dias, mataram seus irmãos na fé, assaltaram as igrejas e roubaram muitas das preciosas relíquias. Esses acontecimentos, embora de suma importância e base para todo o desenrolar dos fatos, aqui são pressupostos.⁴ As atenções visarão repropor a importância do abraço entre os dois líderes, cujos 60 anos foram celebrados no início deste ano.

1 A POSSIBILIDADE DO ENCONTRO: O PONTIFICADO DE JOÃO XXIII

Angelo Giuseppe Roncalli, terceiro dos treze filhos de uma família de camponeses, foi ordenado em 1904 e tornou-se secretário do bispo de Bergamo, ao mesmo tempo em que lecionava História da Igreja no seminário diocesano. Em 1921, o papa Bento XV (1914-1922) o nomeou diretor nacional da Congregação para a Propagação da Fé. Graças ao seu interesse pela história, em especial por São Carlos Borromeu, e suas pesquisas na Biblioteca Ambrosiana, em Milão, padre Roncalli atraiu a atenção do bibliotecário Achille Ratti, futuro papa Pio XI (1922-1939). Foi Ratti que, eleito papa, encaminhou Roncalli para a carreira diplomática na Igreja, ao nomeá-lo arcebispo titular de Areópolis e visitador apostólico (1925), e depois delegado apostólico (1931) para a Bulgária e para a Turquia e a Grécia (1934). Na Turquia, Roncalli estabeleceu relações amigáveis não apenas com o governo, mas também com as comunidades ortodoxas. Durante a ocupação alemã na Grécia (1941-1944), fez o que pôde para aliviar o sofrimento do povo e, em especial, para impedir a deportação dos judeus (MCBRIEN, 2000, p. 375).

Em dezembro de 1944, foi nomeado núncio para a França, e em 1953, cardeal no título de Santa Prisca e patriarca de Veneza onde, além de cumprir os deveres pastorais, terminou o quinto e o último volume de sua coletânea sobre São Carlos Borromeu.

Quando morreu Pio XII, faltava apenas um mês para que o cardeal Roncalli completasse 77 anos. Muitos o consideravam afável e jovial, e o candidato com maior probabilidade de ser eleito. Conta-se que ele mesmo reconhecia essa possibilidade, porque no conclave havia 24 cardeais mais velhos do que ele. De fato, apesar da origem modesta, Roncalli tinha longa experiência diplomática, grande cultura e proficiência em francês, búlgaro, russo, turco e grego moderno. Coincidentemente, os cardeais buscavam alguém com o perfil diferente de Pio XII, considerado por alguns como altivo e autocrático (MCBRIEN, 2000, p. 376).

Foi então que, depois de quatro dias de votação e no décimo primeiro escrutínio, Roncalli alcançou os 38 votos necessários para sua eleição e adotou o nome de João XXIII, e por diversas razões: era o nome de seu pai, da paróquia onde fora batizado e de muitas catedrais espalhadas pelo mundo, inclusive da catedral do papa, São João de Latrão. Adotou o nome de

⁴ Para o conhecimento histórico do cisma, ver Dias e Souza (2021).

O sexagésimo aniversário do encontro entre Paulo VI e Atenágoras I

João, disse aos cardeais, a fim de renovar a exortação do apóstolo João para que todos se amassem uns aos outros (MCBRIEN, 2000, p. 377).

Logo no discurso de sua coroação, no dia 4 de novembro de 1958, João XXIII já deu o teor de seu pontificado: não diplomático e nem organizativo, mas religioso e pastoral, e resumiu tudo em duas palavras: “bom pastor” (MARTINA, 2014, p. 277).

O ápice, porém, estava por vir. Três meses após a sua eleição, no dia 25 de janeiro de 1959, na basílica de São Paulo fora dos muros, com um discurso a 17 cardeais reunidos em Roma, João XXIII anunciou um plano preciso: um sínodo romano, um concílio ecumênico e a atualização do Código de Direito Canônico. O fato foi uma surpresa, porque alguns cardeais o elegeram como um papa de transição. Um deles, em 1942, teria definido o delegado apostólico em Istambul como “bonachão”. Ledo engano! Se assim o fosse, João XXIII não teria convocado um concílio. Não demorou muito e a ideia de um pontificado de transição sumiu de cena. A decisão de João XXIII foi tomada de modo totalmente pessoal, com plena consciência de se valer da plenitude de seus poderes de chefe da Igreja, na lúcida visão, como bom historiador eclesiástico, da especial situação histórica que atravessavam a Igreja e o mundo (MARTINA, 2014, p. 278-279). O intuito era o *aggiornamento* – atualização – da Igreja em relação ao mundo contemporâneo, a quem, de modo geral, a cúpula eclesiástica sempre vira com muito receio.

No período antepreparatório do concílio – que João XXIII apressou, talvez, pela própria consciência de sua idade já elevada – delinearam-se alguns traços do que seria o evento. Não se trataria, evidentemente, de um concílio “de união” entre as tradições cristãs divididas, como se chegou a falar, embora o papa repetisse várias vezes que o evento conciliar deveria marcar uma virada na disposição católica de se envolver no processo ecumênico (ALBERIGO, 1995, p. 397). A impoção de João XXIII ao concílio era eminentemente pastoral.

Em âmbito ecumênico, as primeiras providências começaram a ser tomadas quando, no dia 16 de novembro de 1959, o papa João XXIII nomeou o padre Agostinho Bea (1881-1968) como cardeal. Nascido na Alemanha, de uma família de pequenos agricultores e carpinteiros, logo após o curso médio em Constanza, em 1902, entrou para a Companhia de Jesus. Pela sua capacidade como professor e administrador, ou seja, de estudioso e homem de governo, demonstrada em vários cargos, padre Agostinho foi chamado a Roma pelo geral da ordem, em 1921, vindo depois a dirigir o Pontifício Instituto Bíblico, de 1930 a 1949. Padre Bea tinha sido confessor do papa Pio XII, e participara da redação da encíclica *Divino afflante spiritu*, de 1943. Na verdade, João XXIII não conhecia o padre Bea pessoalmente, mas queria demonstrar sua estima pela Companhia de Jesus (MARTINA, 2014, p. 280).

Os dois se entenderam bem desde o primeiro encontro, e o velho professor de Escritura revelou uma inesperada abertura e um forte sentimento ecumênico. Deve-se a ele, sobretudo, o nascimento do Secretariado para a Unidade dos Cristãos, em 1960. A primeira ideia foi proposta ao padre Bea, não cardeal ainda, pelo arcebispo de Paderborn, dom Jäger, em novembro de

1959. O neocardeal fez o seu projeto e apresentou um resumo dele ao papa, no início de março de 1960. No final de maio estava instituído o secretariado, que logo estenderia sua atividade também aos problemas hebraicos. O presidente, naturalmente, foi o próprio cardeal Bea. Também em 1959, na liturgia de sexta-feira santa, o papa deu a ordem imprevista de omitir, na conhecida oração pelos judeus, o adjetivo “pérfidos”, introduzido na Idade Média. Essa modificação, sem dúvida, estendida de imediato a toda a Igreja, foi interpretada como um significativo gesto de aproximação e de convite ao diálogo (MARTINA, 2014, p. 280).

Tão logo fundou-se o secretariado, o cardeal Bea levantou a hipótese de um eventual convite a observadores das igrejas cristãs não católicas para assistirem aos trabalhos conciliares.

Não havia precedente histórico a respeito: nos concílios de Lião e de Florença a Igreja ortodoxa interveio como tal; em Trento, os protestantes haviam participado só por um breve momento, e por ocasião do Vaticano I os protestantes e ortodoxos haviam ignorado o estranho apelo de Pio IX. Agora, porém, o sábio trabalho de bastidor desenvolvido pelo secretariado para a unidade levou à inserção no regulamento de um capítulo que previa a presença nas sessões solenes e nas congregações gerais (eventualmente também no trabalho das comissões) de observadores dos “cristãos separados”, que assim poderiam informar suas respectivas comunidades sobre o andamento do concílio (ALBERIGO, 1995, p. 399).

No período preparatório do concílio, produziram-se 70 esquemas, dentre os quais figurava um sobre a unidade dos cristãos – o que foi uma novidade importante, dada a séria desconfiança católica com relação ao ecumenismo.

Terminada a primeira sessão dos trabalhos, no dia 8 de dezembro de 1962, houve um intervalo até setembro de 1963, quando se iniciou a segunda sessão. Nesse período, porém, já nos primeiros meses daquele ano, as condições de saúde de Roncalli se agravaram progressivamente, embora sem impedir que ele seguisse de perto o trabalho das comissões e, inclusive, de publicar a encíclica *Pacem in Terris* – dirigida, pela primeira vez, não apenas aos membros da Igreja, mas a todos os homens de boa vontade.

Seus últimos meses de vida tinham sido amargurados pelas críticas e declaradas reservas, nascidas dentro e fora do Vaticano, por suas corajosas intervenções, por sua linha aberta, que, de acordo com alguns, favorecera o avanço comunista na Itália. Seu desaparecimento, porém, tinha comovido profundamente todo o mundo, homens de todas as ideias e de todas as religiões, ateus, budistas, muçulmanos, judeus, ortodoxos, protestantes das diversas confissões. Toda a humanidade, enfim, naqueles dias, encontrava-se reunida na praça de São Pedro. Há séculos não se verificava esse estreito acompanhamento da morte de um chefe da Igreja católica, considerado agora em todos os países como “um de casa” (MARTINA, 2014, p. 299).

João XXIII apareceu pela última vez na janela de seu aposento no dia 23 de maio de 1963, quinta-feira da ascensão do Senhor. Ao meio-dia, ele entoou o *Regina coeli* com voz forte e musical. Os aplausos da multidão na Praça de São Pedro foram tão prolongados que quase o impediram de dar a bênção. Os dias seguintes foram de muito sofrimento, mas o papa

O sexagésimo aniversário do encontro entre Paulo VI e Atenágoras I

permaneceu consciente e comunicativo, fazendo declarações que eram retransmitidas ao mundo todo. Ele rezou pelo concílio e pela unidade – não só da Igreja, mas da humanidade. À época, João XXIII disse que o Evangelho não mudara; a Igreja e a sociedade que passaram a entendê-lo melhor (MCBRIEN, 2000, p. 380).

Em 3 de junho de 1963, dia de Pentecostes, João XXIII faleceu. Sua morte foi um evento espiritual surpreendente, que envolveu grande parte da humanidade. O mundo inteiro reagiu com tristeza, tão intimamente ele havia tocado o coração de todos. Roncalli abriu um novo tempo na Igreja, repropoando os temas essenciais da caridade e da unidade, estreitamente ligados aos da renovação da atitude espiritual, das estruturas eclesiais, mas também da reformulação doutrinal (ALBERIGO, 1995, p. 409).

Nenhum papa da história foi tão dedicado à união cristã quanto João XXIII. Em 5 de junho de 1960, criou o Secretariado para a União dos Cristãos; no dia 20 de dezembro de 1960, recebeu formalmente o arcebispo de Canterbury, Geoffrey Fisher, primeiro primaz anglicano a ser assim acolhido; mandou dois emissários a Istambul para transmitir suas saudações ao patriarca Atenágoras I, no dia 27 de junho de 1961, e trocou saudações com o patriarca Alexis, de Moscou; com sua aprovação, cinco observadores católicos oficiais assistiram à reunião do Conselho Mundial das Igrejas, em Nova Délhi (1959); na sexta-feira santa, com relação aos judeus, eliminou o termo “pérfidos” (1959) e teria saudado a um pequeno grupo judaico com as palavras: “sou José, vosso irmão” (MCBRIEN, 2000, p. 380).

O problema que emergiu, porém, além da tragédia que constituiu a morte de João XXIII, foram os questionamentos se o concílio continuaria ou não; se o próximo papa estaria disposto a seguir o espírito pastoral de João XXIII. A resposta não tardou por vir.

2 A CONTINUIDADE DO DIÁLOGO SOB O PAPA PAULO VI

O conclave para eleger o sucessor de João XXIII foi o maior da história: 81 cardeais eram elegíveis para votar, desde que fossem a Roma. 57 eram europeus (29 italianos); 12, da América Latina; sete, da América do Norte; três, da Ásia; dois, da Oceania; e apenas um da África. O conclave se dividiu em dois grupos: os que queriam ver os trabalhos conciliares interrompidos e aqueles que desejavam ver o trabalho de João XXIII completado. O candidato desse último grupo era o cardeal Giovanni Battista Montini (1920-1978) (MCBRIEN, 2000, p. 382).

O breve conclave, de 19 a 21 de junho, elegeu o arcebispo de Milão, cardeal Montini, que tomou para si o nome de Paulo VI, sob a justificativa de ser um sinal de seu desejo de estender os braços para os pagãos modernos (isto é, o mundo todo), como fizera o apóstolo Paulo.

Sua referência de papa, porém, não era João XXIII, mas Pio XII, com quem ele trabalhara na secretaria de Estado. Apesar disso, Montini havia sido membro da comissão central preparatória do concílio, interviera nos trabalhos do primeiro período e, sobretudo,

elogiando em Milão o papa falecido, defendera explicitamente a continuação da sua herança. “Poderíamos nós abandonar um caminho tão magistralmente desenhado por João XXIII, visando, inclusive, o futuro? Temos razões para acreditar que não” (ALBERIGO, 1995, p. 409).

Paulo VI foi coroado no dia 30 de junho, quando fez a alocução em nove línguas. Logo na sua primeira mensagem, Paulo VI disse que a parte mais importante de seu pontificado seria dedicada ao prosseguimento do Concílio Ecumênico Vaticano II, para o qual se dirigiam, naquele tempo, os olhares de todos os homens de boa vontade. No dia 27 de junho, o secretário de Estado anunciou, oficialmente, que o papa havia determinado a continuação do concílio, e fixado o dia 29 de setembro para a retomada dos trabalhos (ALBERIGO, 1995, p. 409).

De imediato, Paulo VI admitiu leigos como ouvintes conciliares (as mulheres foram convidadas no ano seguinte) e convidou as diversas igrejas não católicas a enviar mais observadores. Entre os objetivos do concílio, reafirmados pelo papa no início dos trabalhos da segunda sessão, apareceu o tema da unidade dos cristãos (ALBERIGO, 1995, p. 409-410).

2.1 O encontro com Atenágoras I

No discurso conclusivo da segunda sessão, no dia 4 de dezembro de 1963, Paulo VI sublinhou os resultados alcançados até então, pela assembleia conciliar, e fez um anúncio que alarmou a muitos que, ainda com receio, não viam no empenho ecumênico algo de significativamente positivo para a Igreja e para o mundo: o encontro com o patriarca de Constantinopla, Atenágoras I.

Àquela altura, quando as discussões conciliares estavam no seu auge, Paulo VI anunciou o desejo próprio de realizar uma peregrinação a Jerusalém, durante a qual se encontraria com o patriarca de Constantinopla, Atenágoras I. “O papa fazia sua, pois, a ânsia de unidade que percorria todos os cristãos; ir a Jerusalém era um ato de humildade, que confessava o débito de cada cristão em relação ao anúncio evangélico, e de submissão às origens mesmas da Igreja” (ALBERIGO, 1995, p. 416).

Efetivamente, no dia 6 de janeiro de 1964, Paulo VI abraçou Atenágoras I, patriarca de Constantinopla. O abraço histórico, cuja imagem atravessa décadas na história do diálogo ecumênico entre católicos e ortodoxos, encerrava quase um milênio de incomunicabilidade, e de uma maneira bem radical. Por mais de 900 anos houvera uma ruptura total determinada pelas excomunhões mútuas de 1054. As sucessivas tentativas de união eram, simplesmente, uma má recordação para os ortodoxos, que as viam como capricho do imperialismo romano.

Mas agora o cenário era diferente. O papa e o patriarca podiam se encontrar no mesmo plano, reconhecer-se mutuamente como cristãos. Atenágoras denominava a isto de “diálogo do amor”. O abraço entre os dois primazes é o ícone de uma nova era ecumênica que permanece até hoje. Pela primeira vez um patriarca ortodoxo (considerado muitas vezes como cismático pela opinião católica) entrava no imaginário católico ao lado do papa. O ecumenismo se tornava popular, apesar das resistências de ambos os lados (RICCARDI, 2014).

O sexagésimo aniversário do encontro entre Paulo VI e Atenágoras I

Atenágoras queria uma aceleração ecumênica, enquanto que Paulo VI – depois do encontro de Jerusalém – teve a sensação de que a unidade estivesse próxima. No entanto, mentalidades e teologias, separadas por quase um milênio, não se aliam facilmente. Apesar de tudo, o abraço dos dois líderes cristãos é um marco sem igual no diálogo entre católicos e ortodoxos.

2.2 O fruto imediato daquele abraço: a declaração conjunta de 1965

Com a nona sessão solene, no dia 7 de dezembro de 1965, o Vaticano II concluía seus trabalhos. Nessa mesma ocasião, fruto do abraço e do diálogo entre o patriarca de Constantinopla, Atenágoras, e o bispo de Roma, papa Paulo VI, foi lida, no Vaticano e em Istambul, a recíproca revogação das excomunhões mútuas que tinham sido mutuamente impostas 1.000 anos antes (1054) entre Constantinopla e Roma. Esse ato, definitivamente, “significava a vontade real dos cristãos e das suas igrejas de superar e cancelar antigas divisões, para retomar, livres desses condicionamentos, um diálogo fraterno e fecundo” (ALBERIGO, 1995, p. 438).

No texto, tanto Atenágoras quanto Paulo VI reconheciam que o encontro entre ambos, em Jerusalém, fora um evento decisivo que abrisse as portas para a retomada do diálogo entre latinos e ortodoxos. Mais do que isso, ambos ressaltavam e reconheciam, na declaração, a seriedade dos fatos de 1054, que ocorreram em um “momento agitado da história”.

Os dois líderes concordavam que as consequências das excomunhões foram excessivas – algo que, reconheciam, não se sentiam suficientemente prontos para julgar. Paulo VI e Atenágoras também procuravam deixar claro que as excomunhões do século XI se referiam não às igrejas como um todo, mas unicamente às pessoas envolvidas naqueles acontecimentos – embora as bulas não tivessem sido assim interpretadas (PAULO VI; ATENÁGORAS I, 1965).

O cerne da declaração conjunta se desenrola em três pontos, nos quais Paulo VI e Atenágoras quiseram:

- a) Lamentar as palavras ofensivas, as recriminações sem fundamento e os gestos imperdoáveis que, de uma e outra parte, caracterizaram e acompanharam os tristes acontecimentos daquela época.
- b) Lamentar, igualmente, e apagar da memória e da Igreja as sentenças de excomunhão que lhes seguiram, cuja lembrança atua até nossos dias como um obstáculo à aproximação na caridade, relegando-as ao esquecimento.
- c) Deplorar, finalmente, os lamentáveis precedentes e os acontecimentos ulteriores que, sob a influência de diferentes fatores, entre os quais contaram a incompreensão e a desconfiança mútua, levaram finalmente à ruptura efetiva da comunhão eclesial (PAULO VI; ATENÁGORAS I, 1965).

O papa e o patriarca, com a declaração conjunta, perdoavam-se reciprocamente e anulavam as bulas de excomunhão, de ambos os lados, citando, inclusive, a passagem na qual

Jesus exortava a quem estivesse indo oferecer o sacrifício e se recordasse que tinha alguma ofensa contra o irmão, que fosse, antes, reconciliar-se com ele (Mt 5,23-24).

Os líderes viam aquele gesto também como um ato de justiça, embora tivessem plena consciência de que, por si só, não era suficiente para pôr fim às diferenças antigas ou recentes que havia entre as Igrejas. Por fim, ambos diziam orar para que o mundo cristão visse, naquela atitude, a vontade comum de reconciliação, a fim de que se retomasse a comunhão de fé que a história eclesiástica assistiu no primeiro milênio cristão, cujo *depositum fidei* as Igrejas carregam em comum (PAULO VI; ATENÁGORAS I, 1965).

Somente no contexto do Vaticano II que esse gesto poderia ter acontecido. Com ele, a Igreja realmente se mostrava empenhada em pôr em prática aquilo que, documentalmente, escrevia no decreto *Unitatis redintegratio*, sobre a questão ecumênica. Tudo, porém, só foi possível acontecer graças, basicamente, a dois fatores: primeiro, o próprio contexto histórico do século XX, que, no meio evangélico, assistiu a efervescência do movimento ecumênico; e, depois, pela própria experiência de vida do papa João XXIII, que havia convivido com os cristãos ortodoxos no período em que fora visitador e delegado apostólico na Bulgária, na Turquia e na Grécia – países de maioria ortodoxa. Certamente, a trajetória de Roncalli foi fundamental no processo de diálogo entre as igrejas, cuja providência quis dar continuidade quando da eleição de Paulo VI. O próprio concílio, portanto, e todos os pormenores que lhe são paralelos, foram determinantes para que o diálogo entre as igrejas fosse retomado.

Quase que como o coroamento dessas iniciativas incitadas pelo concílio, no dia 16 de dezembro de 1975, o papa Paulo VI recebeu, no Vaticano, uma delegação do patriarcado de Constantinopla, dirigida pelo metropolita de Calcedônia, Melitão. Ao final de celebração eucarística, para surpresa de todos os presentes, Paulo VI abraçou o metropolita e, inclinándose, beijou-lhe os pés, num gesto de profunda humildade e se mostrando aberto ao diálogo. A assembleia, que assistia ao fato, aplaudia aos dois líderes com alegria e entusiasmo. O ecumenismo, de fato, ganhara novas perspectivas (PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A PROMOÇÃO DA UNIDADE DOS CRISTÃOS, 2004).

3 OS ACONTECIMENTOS SUCESSIVOS

No dia 6 de agosto de 1978, o papa Paulo VI, vítima de um ataque cardíaco, falecia em Castel Gandolfo. Em seu lugar, foi eleito Albino Luciani (1935-1978), no dia 26 de agosto daquele ano, o primeiro papa a adotar um nome duplo: João Paulo I. Segundo Luciani, a escolha era uma homenagem aos seus dois antecessores que, na sua visão, eram os papas do século XX – referindo-se a João XXIII e a Paulo VI. João Paulo I foi o primeiro bispo de Roma a recusar ser coroado com a tiara tríplice. Entretanto, apesar de ter levantado a hipótese de uma reforma no Código Pio Beneditino, ainda em vigor, e ter feito afirmações bastante emblemáticas – como a que se referiu a Deus também como mãe, dando-lhe um rosto feminino (JOÃO PAULO I,

O sexagésimo aniversário do encontro entre Paulo VI e Atenágoras I

1978) – João Paulo I teve um pontificado de apenas 33 dias, falecendo no dia 28 de setembro de 1978.

Reunindo-se novamente, o conclave elegeu, no dia 16 de outubro de 1978, quebrando uma tradição de papas italianos que vinha desde 1523, o até então cardeal arcebispo da Cracóvia, Karol Wojtyła, que teve o terceiro maior pontificado da história, cujo encerramento se deu apenas com sua morte, no dia 2 de abril de 2005.

Na mentalidade de João Paulo II, porém, a unidade não poderia ser realizada senão a partir da integração das duas grandes igrejas tradicionais, a Igreja católica e a ortodoxa, visto que ambas tinham continuidade no anúncio apostólico e possuíam uma estrutura episcopal e sacramental ininterrupta. João Paulo II admirava a fidelidade obstinada à mensagem apostólica diante de um Ocidente no qual interrogações sempre novas traziam riscos e desvios. Para ele, os problemas, sem excluir os de ordem eclesiológica e teológica, eram, sobretudo, de natureza psicológica: “ignorância e desprezo da parte católica, acompanhados de um estilo de conquista; medo e desprezo da parte ortodoxa, com um estilo vitimístico” (BESEN, 2012, p. 282). Não foi à toa que, em seus discursos dirigidos aos patriarcas ou delegações dos patriarcados, João Paulo II sempre fazia menção aos fatos que, porventura, ainda eram fortes na memória do povo ortodoxo, vistos como atitudes intransigentes do lado ocidental. A prova, porém, de sua mais alta consideração ao povo oriental pode ser demonstrada pelas suas viagens: à Geórgia (1999), Romênia (1999), ao Monte Sinai (2000), Grécia (2001), Síria (2001), Ucrânia (2001) e Armênia (2001) (BESEN, 2012, p. 283).

Um ano após sua eleição, João Paulo II fez uma visita a Fanar, na Turquia, onde se encontrou com o então patriarca ecumênico de Constantinopla, Dimítrios I (1914-1991). Foi exatamente por ocasião dessa visita que ambos, por meio de uma declaração conjunta, concordaram em criar, no dia 30 de novembro de 1979, a Comissão Mista Internacional para o Diálogo Teológico entre a Igreja católica e a Igreja ortodoxa – o que constituiu, certamente, um fato novo que favorecia a troca apenas entre as duas igrejas, apesar do movimento ecumênico não se dirigir, exclusivamente, à ortodoxia (JOÃO PAULO II; DIMÍTRIOS I, 1979).

A comissão é composta por dois representantes de cada uma das 14 igrejas ortodoxas e autocéfalas,⁵ e por igual número de católicos. A primeira sessão plenária da comissão aconteceu em 1980, nas ilhas gregas de Patmos e Rodi. Desde então, cinco documentos já foram publicados: *O mistério da Igreja e da eucaristia à luz do mistério da Santíssima Trindade*, em

⁵ Em ordem de precedência, as igrejas autocéfalas vêm logo depois dos patriarcados. Uma Igreja torna-se autocéfala quando obtém a prerrogativa do autogoverno em relação ao patriarcado, do qual antes era parte. Esse estatuto de independência, por sua vez, pode representar um primeiro passo para a consecução da dignidade patriarcal. Do período antigo, apenas o Arcebispo de Chipre (431) goza desse título. Já na Idade Moderna, tem-se a Igreja da Grécia (1850), a Igreja ortodoxa da Polônia (1924), a Igreja ortodoxa da Albânia (1937) e a Igreja ortodoxa da República Tcheca e da Eslováquia (1998). Existe, também, a Igreja ortodoxa da América (1970), cuja autocefalia foi concedida pelo patriarcado de Moscou, mas não é reconhecida pela Igreja de Constantinopla. Por fim, também existem as autocefalias não canônicas, por não serem reconhecidas por nenhuma Igreja ortodoxa: o Arcebispo de Ochrida (1967), a Igreja ortodoxa ucraniana autocéfala (1990) e a Igreja ortodoxa ucraniana – Patriarcado de Kiev (1992, patriarcado desde 1995) (MORINI, 2005, p. 53-57).

Munique, na Alemanha, em 1982; *Fé, sacramento e unidade da Igreja*, em Valamo, na Finlândia, em 1988; *O uniatismo, método de união do passado e A investigação atual da plena comunhão*, em Balaman, no Líbano, em 1993; e *As consequências eclesiológicas e canônicas da natureza sacramental da Igreja*, em Ravena, na Itália, em 2007 (RÁDIO VATICANA, 2016).

Em 2016, aconteceu a décima quarta sessão plenária da comissão, entre os dias 15 e 22 de setembro. Os trabalhos foram conduzidos pelo cardeal Kurt Koch, presidente do Conselho Pontifício para a Promoção da Unidade dos Cristãos, e pelo monsenhor Job Getcha, arcebispo de Telmessos, representante do patriarcado ecumênico de Constantinopla junto ao Conselho Mundial das Igrejas. Este encontro pretendeu dar continuidade a uma reflexão já iniciada acerca do primado do bispo de Roma, de modo que seja aceito pela Igreja do mundo todo como um serviço à unidade da Igreja (RÁDIO VATICANA, 2016).

No dia 5 de junho de 1960, foi criado o secretariado romano para a unidade dos cristãos. Tratava-se de um organismo preparatório para o Concílio Vaticano II, cuja estrutura definitiva foi dada, posteriormente, pelo papa Paulo VI, na constituição apostólica *Regimini Ecclesiae*, do dia 15 de agosto de 1967. No dia 1 de março de 1989, porém, João Paulo II, com a constituição apostólica *Pastor bonus*, elevou o secretariado ao nível de conselho, chamando-o de Conselho Pontifício para a Promoção da Unidade dos Cristãos (NAVARRO, 2002, p. 88).

A estrutura do conselho é semelhante a de outros dicastérios da cúria romana. As competências são, basicamente, manter o papa informado sobre os assuntos ecumênicos; fomentar a relação com as outras igrejas; oferecer uma exata interpretação e aplicação dos princípios católicos do ecumenismo; fomentar e coordenar grupos de teólogos católicos que promovam a unidade cristã; estabelecer conversações sobre problemas ecumênicos com outras igrejas; designar observadores católicos para as reuniões dessas igrejas e convidar seus observadores para as reuniões católicas; executar os textos conciliares que se referem ao ecumenismo (NAVARRO, 2002, p. 89).

Entre os trabalhos executados, destacam-se, sobretudo, sua participação nas comissões mistas do diálogo teológico com outras igrejas cristãs, a intensa cooperação em diferentes campos com o Conselho Mundial de Igrejas, a preparação conjunta de materiais para a celebração da semana da unidade, a cooperação com a Aliança Bíblica Mundial para a tradução ecumênica dos textos bíblicos e os trabalhos conjuntos com o judaísmo em matéria religiosa. Em termos de documento, o mais expressivo foi o *Diretório ecumênico*, publicado em março de 1993. Semestralmente, publica um boletim em francês e inglês (NAVARRO, 2002, p. 89).

No dia 4 de maio de 2001, João Paulo II iniciou uma de suas viagens apostólicas. Dessa vez, dizia o papa, pretendia seguir os passos do apóstolo Paulo na Grécia, Síria e em Malta. Segundo as notícias da época, porém, essa era uma das peregrinações mais polêmicas feitas pelo bispo de Roma: era a primeira viagem de um pontífice à Grécia em 1291 anos. De fato, ali João Paulo II teve de enfrentar protestos dos extremistas ligados à Igreja ortodoxa Grega, que se

O sexagésimo aniversário do encontro entre Paulo VI e Atenágoras I

referiam ao papa como “o maior dos hereges” ou o “grotesco monstro de dois chifres de Roma”. Na verdade, os próprios líderes da Igreja ortodoxa Grega foram muito relutantes com relação à visita do papa, e afirmaram autorizá-la unicamente por se tratar de uma peregrinação (FOLHA DE LONDRINA, 2001).

O curioso é que, segundo as notícias às vésperas da chegada do papa, centenas de padres e fiéis da Igreja ortodoxa haviam passado a noite rezando para pedir que a divina providência impedisse a visita do papa a Atenas. No dia 28 de abril daquele ano, muito próximo à chegada de João Paulo II, cerca de 400 padres, freiras e fiéis passaram mais de 12 horas rezando, reunidos numa capela do século XVI, dedicada a São Dionísio. Durante a visita, centenas de igrejas e mosteiros ameaçavam fechar as portas, hastear as bandeiras negras e fazer os sinos bradarem, mas em sinal de luto (FOLHA DE S.PAULO, 2001).

João Paulo II, porém, tinha consciência do quanto os fatos passados eram, ainda, memória viva no coração dos ortodoxos. Por isso, em Atenas, dirigindo-se aos membros do Santo Sínodo dos bispos da Igreja ortodoxa, antes de colocar as problemáticas que os dividiam, realçava que, em conjunto, as igrejas de Roma e da Grécia compartilhavam a fé em Jesus Cristo, a herança apostólica e o sacramento do batismo. No entanto, recordava que:

Algumas memórias são particularmente dolorosas, e determinados acontecimentos do passado mais longínquo deixaram profundas feridas nas mentes e nos corações das pessoas, e ainda hoje se fazem sentir. Refiro-me ao desastroso saque da cidade imperial de Constantinopla, que por longo tempo foi a fortaleza da cristandade no Oriente. É trágico o fato de que os salteadores, que partiram com a finalidade de garantir o livre acesso dos cristãos à Terra Santa, agredissem os seus próprios irmãos na fé. O fato de que eles eram cristãos latinos enche os católicos de profundo arrependimento. [...] Só Deus pode julgar, e, portanto, confiamos o pesado fardo do passado à sua misericórdia infinita, implorando dele a cura das feridas que ainda causam sofrimento no espírito do povo grego (JOÃO PAULO II, 2001).

Dirigindo-se, exclusivamente, a sua beatitude, o patriarca Christódoulos, João Paulo II, mais uma vez, recordava o cancelamento das excomunhões mútuas de 1054, por Paulo VI e Atenágoras, referindo-se ao fato como uma admoestação do próprio Senhor, para que se empenhassem cada vez mais ardentemente pela unidade (JOÃO PAULO II, 2001).

O fato é que, mesmo em meio a todos os protestos, a viagem de João Paulo II foi, sem dúvida, a tentativa mais ambiciosa do papa de superar as divisões históricas com a Igreja ortodoxa. Mesmo em meio a uma acolhida nada calorosa, João Paulo II se encheu de coragem e foi; afinal, alguém sempre deve se dispor a dar um primeiro passo.

No dia 18 de janeiro de 2000, abrindo também a semana de oração pela unidade dos cristãos daquele ano, o papa, o patriarca de Constantinopla e o primaz anglicano abriram juntos, pela primeira vez, a Porta Santa da Basílica de São Paulo fora dos muros, constituindo-se, também, como um fato inédito envolvendo os líderes das mais diversas igrejas.

Em junho de 2004, o papa João Paulo II recebeu, em Roma, o patriarca de Constantinopla Bartolomeu I, para a celebração da solenidade dos apóstolos Pedro e Paulo. O intuito era, também, comemorar os 40 anos do abraço fraterno ocorrido entre Paulo VI e Atenágoras, em Jerusalém, em 1964.

João Paulo II, porém, lembrava, ao mesmo tempo, que o encontro entre os líderes das duas igrejas, em Jerusalém, em janeiro de 1964, iluminava o caminho das últimas décadas, no diálogo entre as igrejas, e exortava a que, empenhados no diálogo da caridade, pudessem continuar a traçar o caminho até que, juntos, pudessem tomar do mesmo cálice do Senhor. Ainda assim, o papa lembrava que existem, antes, problemas doutrinários, mas que também foram condicionados por um momento difícil da história – é só pensar, por exemplo, no contexto em que a constituição dogmática *Pastor aeternus* foi promulgada. João Paulo II, no entanto, mais uma vez lembrava que há razões suficientes mais para unir, propriamente, do que para dividir.

Em novembro de 2004, João Paulo II devolveu relíquias roubadas durante a IV Cruzada (1204), da cidade de Constantinopla. O patriarca ecumênico de Constantinopla, Bartolomeu I, estava presente à cerimônia. As relíquias eram de dois integrantes e patriarcas da Igreja: Gregório Nazianzeno e João Crisóstomo, que viveram no século IV, na Capadócia e na Antioquia, atual Turquia.

João Paulo II esperava que aquele gesto fosse uma ocasião abençoada para purificar as memórias feridas e reforçar o caminho de reconciliação. No seu devido tempo, o patriarca ecumênico, Bartolomeu I, sentado à direita do papa, disse que a devolução das relíquias reparava uma anomalia e uma injustiça eclesial. E mais: o patriarca também dissera que aquele gesto fraterno da Igreja de Roma confirmava que não existem, na Igreja de Cristo, problemas que não possam ser enfrentados quando o amor, a justiça e a paz se encontram em espírito de reconciliação e busca de unidade (UOL NOTÍCIAS, 2004).

CONSIDERAÇÕES

Em março de 2013, quando o cardeal argentino Jorge Mario Bergoglio apareceu na sacada da Basílica de São Pedro e se apresentou como o *bispo de Roma*, ele já demonstrou sua disponibilidade para um diálogo ecumênico, razão pela qual, pela primeira vez na história, o patriarca ecumênico se fez presente na missa de início de seu pontificado, realizada no dia 19 de março daquele ano. Ao se encontrarem, Francisco lhe dissera: *fratello Andrea*, resgatando a antiga tradição de que Pedro e André eram irmãos.

No ano seguinte, em 2014, em visita a Istambul, na Catedral de São Jorge, o papa Francisco dirigiu-se ao patriarca Bartolomeu I, pediu-lhe a bênção para si próprio e para a “Igreja de Roma”. Bartolomeu se aproximou, beijou a testa do pontífice e o abraçou em um gesto espontâneo e fraterno. O encontro entre os dois celebrava o cinquentenário do abraço de Paulo VI e Atenágoras e, de certa maneira, atualizava-o e o expandia, ainda que, em maio

O sexagésimo aniversário do encontro entre Paulo VI e Atenágoras I

daquele mesmo ano, os dois líderes tivessem se encontrado também em Jerusalém, para essa celebração.

Desde então, as iniciativas e as aberturas ecumênicas são diversas. O grande feito, talvez, tenha sido o encontro com o patriarca de Moscou, Kirill, realizado em 2016, em Cuba. O abraço entre os dois líderes se deu no dia 12 de fevereiro daquele ano e, segundo noticiado, ao encontrá-lo, depois de dizer “finalmente”, as primeiras palavras de Francisco foram: “somos irmãos” (MCELWEE, 2016).

Tudo isso para dizer que, de fato, aquele 6 de janeiro de 1964 não pode, em hipótese alguma, passar pela história como uma data qualquer, ou como uma mera formalidade. Ele representou, para ambas as igrejas, uma reviravolta e um marco na caminhada rumo ao ecumenismo que, agora, não se compreende mais como uma *marcha ré*; ou seja, não se quer que ninguém negue a sua história de fé, mas que tão somente a aceite, circunstancialmente, e olhe o futuro com esperança. ✨

REFERÊNCIAS

ALBERIGO, Giuseppe. O Concílio Vaticano II (1962-1965). In: ALBERIGO, Giuseppe (Org.). **História dos concílios ecumênicos**. São Paulo: Paulus, 1995. p. 393-442.

BESEN, José Artulino. **História da Igreja**: da idade apostólica aos nossos tempos. 2. ed. Florianópolis: Mundo e Missão, 2012.

DIAS, Tiago Cosmo da Silva; SOUZA, Ney de. O cisma na Igreja Católica Apostólica Romana e o nascimento da Igreja ortodoxa: uma releitura histórica e as tentativas de reaproximação. **Caminhos de Diálogo**, Curitiba, ano 9, n. 15, p. 274-285, jul./dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/caminhosdedialogo/article/view/28630/25258>. Acesso em: 16 jan. 2024.

FOLHA DE LONDRINA. Visita do papa causa protesto na Grécia. **Folha de Londrina**, 2 maio 2001. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/mundo/visita-do-papa-causa-protesto-na-grecia-335696.html?d=1>. Acesso em: 4 jul. 2024.

FOLHA DE S.PAULO. Protestos contra visita do papa à Grécia reúnem 400. **Folha de S.Paulo**, 28 abr. 2001. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u23719.shtml>. Acesso em: 16 jan. 2024.

FRANCISCO. Angelus. **Santa Sé**, 6 jan. 2024. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/angelus/2024/documents/20240106-angelus.html>. Acesso em: 15 jan. 2024.

JOÃO PAULO I. Angelus domini. **Santa Sé**, 24 set. 1978. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-paul-i/pt/angelus/documents/hf_jp-i_ang_10091978.html. Acesso em: 3 jul. 2024.

JOÃO PAULO II. Discurso do santo padre no encontro com sua beatitude Christódoulos, arcebispo de Atenas e de toda a Grécia. **Santa Sé**, 4 maio 2001. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/speeches/2001/may/documents/hf_jp-ii_spe_20010504_archbishop-athens.html. Acesso em: 16 jan. 2024.

JOÃO PAULO II; DIMÍTRIOS I. Declaração comum do papa João Paulo II e do patriarca Dimítrios I. **Santa Sé**, 30 nov. 1979. Disponível em: https://vatican.va/content/john-paul-ii/pt/speeches/1979/november/documents/hf_jp-ii_spe_19791130_dichiarazione-jpii-dimitrios.html. Acesso em: 16 jan. 2024.

MARTINA, Giacomo. **História da Igreja de Lutero a nossos dias**. A era contemporânea. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2014. v. 4.

MCBRIEN, Richard P. **Os papas: os pontífices de São Pedro a João Paulo II**. São Paulo: Loyola, 2000.

MCELWEE, Joshua J. Francisco se encontra com patriarca russo, declarando: “somos irmãos”. **Instituto Humanitas Unisinos**, 15 fev. 2016. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/551598-francisco-se-encontra-com-patriarca-russodeclarando-somos-irmaos>. Acesso em: 16 jan. 2024.

MORINI, Enrico. **Os ortodoxos: o Oriente do Ocidente**. São Paulo: Paulinas, 2005.

NAVARRO, Juan. **Dicionário de ecumenismo**. Aparecida: Santuário, 2002.

PAULO VI; ATENÁGORAS I. Declaração conjunta do papa Paulo VI e do Patriarca Ecumênico Atenágoras I. **Santa Sé**, 7 dez. 1965. Disponível em: https://www.vatican.va/content/paul-vi/en/speeches/1965/documents/hf_p-vi_spe_19651207_common-declaration.html.

RÁDIO VATICANA. Católicos e ortodoxos continuam o diálogo teológico. **Rádio Vaticana**, 14 set. 2016. Disponível em: http://www.archivioradiovaticana.va/storico/2016/09/14/cat%C3%B3licos_e_ortodoxos_continuam_o_di%C3%A1logo_teol%C3%B3gico_/pt-1258100. Acesso em: 16 jan. 2024.

RICCARDI, Andrea. E o papa abraçou o patriarca. **Instituto Humanitas Unisinos**, 6 jan. 2014. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/526966-eo-Papa-abracou-o-patriarca>. Acesso em: 15 jan. 2024.

UOL NOTÍCIAS. Papa devolve relíquias roubadas a ortodoxos durante as cruzadas. **UOL Notícias**, 27 nov. 2004. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultnot/afp/2004/11/27/ult34u111177.jhtm>. Acesso em: 16 jan. 2024.

Recebido em: 16/01/2024.
Aceito em: 03/11/2024.